



Índice

- 01** Subir no Congresso foi ato de coragem, diz índio após protesto em Brasília
- 02** Protesto de índios chega ao fim após 6 dias de bloqueio na Transamazônica
- 03** Nota Pública: Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos
- 04** Nota Pública: Sobre os desdobramentos do conflito fundiário e indígena em Faxinalzinho/RS
- 05** MPF/MS: pedido para impor proibição judicial contra indígenas é rejeitado no TRF3
- 06** Fundação Cultural Palmares certifica mais 44 comunidades quilombolas em quatro estados
- 07** DF – Encontro Nacional do Movimento Quilombola
- 08** Ato contra a impunidade e pela demarcação das terras indígenas, já!
- 09** MPF faz levantamento das comunidades tradicionais atingidas pela transposição
- 10** Indígenas são diplomados em Ji-Paraná
- 11** Kanindé realiza oficina com os índios Cinta Larga para a elaboração do etnozoneamento da Terra Indígena
- 12** Ribeirinhos do Pantanal terão oficinas de artesanato em aguapé
- 13** Pedido de fazendeiros de MS para impor proibição judicial contra indígenas é rejeitado



- 14 Indígena centenária morre em Tenente Portela
- 15 Hortas comunitárias serão implantadas em aldeias indígenas
- 16 Inpa lança guia de borboletas e livro sobre histórias indígenas
- 17 Mobilização Nacional Indígena reúne 500 manifestantes de mais de 100 povos em Brasília
- 18 Lançamento dos Jogos Mundiais Indígenas será em agosto
- 19 Norte Energia nega irregularidades em plano indígena de Belo Monte
- 20 Aguilera é atendido com adequação e reformas na Reserva Indígena
- 21 Governador sobrevoa distritos ribeirinhos do baixo Madeira
- 22 Ampliação da área indígena está liminarmente suspensa
- 23 Nos caminhos do poder, repressão e medo
- 24 APIB repudia ataque da PM contra manifestação pacífica no DF
- 25 "Nunca antes na história deste país se atacou tanto áreas protegidas como agora".
Entrevista especial com Enrico Bernard
- 26 Carta Política do III ENA
- 27 Um ano após morte de Oziel em desocupação desastrosa, culpados não foram apontados
- 28 Entidades cobram ações emergenciais na bacia do Rio São Francisco
- 29 Avanço do agronegócio faz suicídio entre indígenas ser o maior em 28 anos
- 30 Indígenas do Pará revelam atrocidades do Exército

Subir no Congresso foi ato de coragem, diz índio após protesto em Brasília
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 27.05.2014

A apenas 16 dias do início da competição, policiais da tropa de choque lançaram gases contra cerca de mil manifestantes, inclusive idosos e crianças, para impedir que se aproximassem do estádio



France Presse
(Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

A polícia dispersou com bombas de gás lacrimogêneo um protesto pacífico contra a Copa de indígenas e movimentos sociais, nesta terça-feira, em frente ao estádio Mané Garrincha, que vai ser o palco de vários jogos do Mundial em Brasília.

A apenas 16 dias do início da competição, policiais da tropa de choque lançaram gases contra cerca de mil manifestantes, inclusive idosos e crianças, para impedir que se aproximassem do estádio.

Alguns manifestantes responderam atirando pedras contra os cerca de 500 agentes que cercavam o estádio.

Pouco antes, cerca de quinhentos chefes indígenas de cem etnias de todo o Brasil - inclusive o cacique Raoni, de 84 anos, um ícone da defesa da Amazônia - subiram no teto do Congresso para reivindicar políticas para seus povos.

CONT.



"Subir no Congresso foi um ato de coragem, demonstração de que somos guerreiros e defendemos nossos direitos", disse Tamalui Kuikuru, da região do Xingu, no Mato Grosso (centro-oeste).

Os índios, que estavam pintados, usando plumas, arcos e flechas tradicionais, desceram pacificamente do teto do Congresso logo depois, percorreram a Esplanada dos Ministérios e, em seguida, juntaram-se às centenas de manifestantes contrários à Copa e ao movimento dos sem-teto que marchavam na direção do estádio.

Duzentos policiais acompanham o protesto e o mesmo número resguarda o estádio Mané Garrincha, onde está o troféu da Copa, em exibição para o público nas cidades sede antes do torneio.

"A Copa é para quem? Não é para nós!", clamava um manifestante com um alto-falante. "Não quero a Copa, quero esse dinheiro para a saúde e a educação", gritava.

O protesto acontece em um contexto de protestos contra a Copa do Mundo e greves em vários setores às vésperas do Mundial, que se estenderá entre 12 de junho e 13 de julho.

Em Brasília, os indígenas iniciaram seu protesto com orações tradicionais, ao ritmo de chocalhos, na Praça dos Três Poderes, cercada pelo Palácio do Planalto - sede da Presidência -, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal.

Alguns mais velhos usavam fumaça para "espantar o mal", explicaram.

"Antes de fazer a Copa do Mundo, o Brasil devia pensar melhor na saúde, na educação, na moradia. Vemos manifestações dos povos: não se gastam tantos milhões para um evento que não traz benefícios", disse o indígena Neguinho Truká, da etnia Truká de Pernambuco (nordeste), com um cocar tradicional de plumas azuis e vermelhas na cabeça.

Os indígenas multiplicaram seus protestos na capital durante o governo da presidente Dilma Rousseff, a quem acusam de deter a demarcação de suas terras ancestrais e de favorecer os grandes agricultores.

Protesto de índios chega ao fim após 6 dias de bloqueio na Transamazônica
SÍTIO G1/PA, 27.05.2014

*Reunião com representantes do Governo Federal foi marcada para o dia 4.
Manifestantes pedem agilidade na execução do plano básico ambiental.*

Do G1 PA



Manifestantes queimaram pneus e paus para bloquear trecho da BR-230 e impedir acesso de veículos transportando operários aos canteiros de obras de Belo Monte.

(Foto: Glaydson Castro/TV Liberal)

Manifestantes decidiram encerrar na noite desta terça (27) o protesto que bloqueava do acesso aos canteiros de obras da usina de Belo Monte, em Vitória do Xingu, no sudoeste do Pará. Índios de quatro etnias e ribeirinhos protestavam há cerca de 6 dias na rodovia Transamazônica, exigindo agilidade da Norte Energia na execução do plano básico ambiental, uma das condicionantes para a construção da hidrelétrica no rio Xingu. Uma reunião com foi marcada para o dia 4 de junho em Brasília.

O acordo foi decidido após doze horas de negociação entre representantes do governo e lideranças indígenas. Foi decidido que, na reunião do dia 4, estarão presentes representantes da Norte Energia, da Casa Civil, do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



Na rodovia, pneus e paus foram incendiados para bloquear a passagem de veículos, que foram revistados pelos manifestantes durante toda a tarde desta terça. O transporte de operários e mantimentos para os canteiros de obras foi impedido, e dois ônibus que tentaram furar o bloqueio receberam flechadas.

Entenda o caso

Cerca de 320 índios de 4 etnias e ribeirinhos das regiões do Xingu e Iriri exigem agilidade da Norte Energia na execução do plano básico ambiental, uma das condicionantes para a construção da usina de Belo Monte, como por exemplo, a construção de postos de saúde e escolas nas aldeias. De acordo com os índios, a empresa firmou compromissos durante ocupações anteriores que jamais saíram do papel.

Os manifestantes impediram o acesso de operários aos canteiros de obras desde a noite de quinta (22), permitindo apenas a passagem de veículos não relacionados às obras. Durante o protesto de sexta-feira (23) um ônibus foi incendiado, e o caso é investigado pela polícia. No domingo (25), três índios ficaram feridos após tentativa de ocupação em um dos canteiros de obras, e denunciaram que foram agredidos por homens da Força Nacional.

A Norte Energia informou que a empresa assinou com a Funai o termo de compromisso do projeto básico ambiental-componente indígena. O documento, de acordo com a empresa, firma acordo para a realização de ações que beneficiam 11 aldeias da região. A Justiça determinou que os índios desbloqueiem os acessos aos canteiros de obras ainda nesta segunda-feira.



Nota Pública: Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

A respeito das informações divulgadas recentemente pela Secretaria Geral da Presidência da República, em seu site, e pela revista VEJA (Ed. 2373, nº 20) sobre o conflito envolvendo a Marinha do Brasil e o Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, a comunidade, junto com movimentos e organizações que apoiam a nossa luta, vêm a público esclarecer que:

(1) A comunidade apresentou na Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal, no dia 06 de maio, uma proposta que contempla suas reais necessidades e propõe o uso compartilhado da Barragem dos Macacos, além de ceder mais 28 ha do território tradicional reivindicado (301 ha), no entorno da Vila Militar; a comunidade aguarda o posicionamento oficial do Governo Federal a respeito da proposta.

(2) A proposta de território apresentada pela Marinha e Governo Federal, na mesma oportunidade, divide o território em duas áreas isoladas, sem acesso entre elas; se destina, como consta na nota expedida pela Secretaria, a apenas 40 famílias e não às 67 identificadas no estudo do INCRA sobre o território; não contempla nenhum curso (rios e lagoas) d'água, tampouco o uso compartilhado e sob administração da Marinha da Barragem dos Macacos proposto pela comunidade; retira a maior parte da área agricultável do território tradicional quilombola e tem mais da sua metade composta por Áreas de Preservação Permanente.

(3) O Ministério Público Federal, em posicionamento durante a audiência, manifestou preocupação com a postura arbitrária do Juiz da 10ª Vara Federal, Evandro Reimão dos Reis, destacando as ilegalidades cometidas no decurso processual e a flagrante imparcialidade do Juiz, que dificulta ao máximo o direito de defesa da comunidade (não admitiu uma dezena de recursos) e facilita os encaminhamentos de interesse da Marinha. Por essa razão, o MPF entendeu que a Advocacia Geral da União deve pedir a suspensão do processo judicial enquanto se encaminham as tratativas sobre uma possível solução negociada.

(4) A declaração do ministro Gilberto Carvalho sobre a impossibilidade da suspensão do processo não possui fundamento legal nem justificativa razoável, considerando que a AGU é parte autora do processo e pode propor a suspensão em comum acordo com os quilombolas, que são a parte acionada (art. 265, II, do Código de Processo Civil).

(5) Até o presente momento, não foram cumpridos os acordos firmados no final de 2013 sobre a reforma e construção das casas em risco de desabamento e abertura de estrada para acesso alternativo ao quilombo, sem submeter-se a constrangimentos e violências pela atual passagem por dentro da Vila Militar.

(6) Até o presente momento, apesar da abertura de inquérito logo após a agressão, a Polícia Federal não elucidou nem indiciou os militares envolvidos nos fatos ocorridos no dia 06 de janeiro, em que duas lideranças da comunidade foram barbaramente presas e torturadas tão somente pela sua entrada e saída do território pela portaria da Vila Naval.

CONT.



(7) Em síntese, a proposta “contempla os interesses dos diversos órgãos federais envolvidos na questão”, de acordo com a nota da Secretaria Geral, mas não contempla a viabilidade e sustentabilidade, presente e futura, da comunidade. Pelo contrário, exclui diversas famílias, dividindo a comunidade em duas e comprometendo a sua soberania alimentar, num verdadeiro atentado à sua continuidade e reprodução tanto física quanto cultural. A referida nota também não considera as perdas territoriais da comunidade, que incluem a área da própria Vila Naval, de onde foram expulsas dezenas de famílias e destruídos diversos terreiro de candomblé.

(8) Reafirmamos ser obrigação do Estado Brasileiro a demarcação e titulação do território da comunidade, bem como a garantia do acesso às políticas públicas do Programa Brasil Quilombola, para que não seja preciso pedir “autorização” a quem quer seja “para construção de um centro comunitário” ou, pior, “para retomada do plantio e da criação de animais para subsistência”.

(9) A revista Veja (Ed. 2373, nº 20) publicou nesta semana “reportagem” intitulada “O falso quilombo do ministro” (sic), baseada em falsas premissas e acusações sem nenhum lastro na realidade. Não ouviu os quilombolas ou verificaram as informações divulgadas. Mais uma vez a dita revista demonstra seu racismo e o seu comprometimento com as forças conservadoras, ignorando o jornalismo e os fatos, atacando de forma grosseira e criminosa uma comunidade negra que vem sofrendo há décadas com a violação de seus direitos pelo Estado brasileiro. Rio dos Macacos não se intimidará diante do ataque e tomará as medidas necessárias para reparar o dano provocado pela matéria.

Simões Filho, 27 de maio de 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS, MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS (MPP), CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES (CPP), AATR, QUILOMBO XIS – AÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA, CAMPANHA REAJA OU SERÁ MORTA, REAJA OU SERÁ MORTO, NÚCLEO DE ASSESSORIA DO SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO (SAJU) – UFBA



Nota Pública: Sobre os desdobramentos do conflito fundiário e indígena em Faxinalzinho/RS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

Diante do grave impasse que está ocorrendo em nossa região desde o grave incidente envolvendo indígenas Kaingang e agricultores, que resultou, lamentavelmente, na morte de duas pessoas no dia 28 de abril, queremos expressar nosso pesar e solidariedade ao luto das famílias envolvidas nesse conflito. Nos sensibilizamos com as mortes desses dois jovens, mas devemos nos questionar também sobre a exclusão social e as mortes diretas e indiretas de milhares de indígenas Kaingang e Guaranis vitimados pelos interesses econômicos e políticos de particulares e do próprio Estado no Rio Grande do Sul.

No entanto, este problema não é só local e não começou no dia 28 de abril, não começou na omissão do atual governo do PT e nem nas mal arranjadas demarcações de terras nos anos de 1990, durante o governo de PSDB. Essa é uma questão secular e que se fosse levada a sério demandaria não só uma reforma contundente nas chamadas políticas indigenistas, mas fundamentalmente nos critérios de acesso à cidadania para os povos indígenas, que passa necessariamente, pelo acesso à terra a esses e a todos os demais oprimidos do campo (quilombolas, sem-terras e pequenos agricultores), ou seja, demandaria uma reforma agrária profunda e radical, como o Estado brasileiro se nega a realizar desde, pelo menos, a Lei de Terras 1850.

O Estado (representado pelas instâncias governamentais responsáveis, pela polícia federal e o poder judiciário) deve ser responsabilizado pela sua parte nesse confronto, pela sua omissão em resolver pacificamente o conflito instaurado em Faxinalzinho e arredores, e pela sua política de criminalizar a luta política/cultural de todo povo Kaingang, por conta de uma fatalidade isolada.

Por fim, gostaríamos de dizer que em nossas Universidades temos alunos agricultores e indígenas. Que nossos alunos agricultores e indígenas são também vizinhos, e muitos, direta ou indiretamente, por vontade ou não, também são parentes entre si. Muitos estão com medo da escalada de violência de ambos os lados. Enquanto professores, estudantes e pesquisadores, desejamos e lutamos para construir um mundo de, na falta de melhor palavra, tolerância e solidariedade entre todos, independentemente de cor, raça, credo, identidade política e sexual, mas na impossibilidade da construção desse mundo pela boa vontade e concórdia, e na inevitabilidade do conflito, que o conflito encontre um direcionamento não entre os de baixo, entre os explorados e marginalizados, não entre os pequenos, mas que seja canalizado para todos aqueles que se beneficiem com a reprodução das desigualdades, da exploração, da opressão e morte dos pequenos, sejam indígenas, negros ou brancos.

Nosso repúdio à traiçoeira prisão das lideranças Kaingang ocorrida em 09/05. Liberdade aos presos políticos indígenas!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Pela conclusão dos processos de demarcação das terras indígenas!

Por um justo reparo e indenização aos agricultores afetados pelas demarcações das terras indígenas!

Toda a solidariedade aos indígenas Kaingang e aos demais indígenas por sua luta por existir como povo!

Grupo de Pesquisas Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes (GPASE)

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)



MPF/MS: pedido para impor proibição judicial contra indígenas é rejeitado no TRF3
SÍTIO MPF, 27.05.2014

MPF mostrou que demanda de fazendeiros era baseada em boatos. Desde que pedido foi feito, em 2003, não ocorreu nenhuma ameaça ou invasão que embasasse intervenção

O Tribunal Regional Federal (TRF3) rejeitou recurso de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que pediam à Justiça a expedição de um mandato que proibisse a comunidade indígena da Aldeia Cachoeirinha de invadir terras da Fazenda Vazante, do município de Aquidauana. O Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul (MPF/MS) se colocou contra o pedido por ele estar baseado em boatos e suposições e pelo fato de a demanda dos fazendeiros, capitaneada por Waldir da Silva Faleiros, já ter sido negada pela Justiça Federal em 2012. A terra em questão é objeto de estudo da Funai desde 2003, não tendo, desde então, ocorrido qualquer invasão ou ameaça que justificasse a medida.

As terras são reclamadas como sendo área tradicionalmente indígena pelo grupo Terena e integra relatório homologado pela Funai de identificação e expansão da reserva Cachoeirinha. Os autores da ação, portanto, têm parte de seus imóveis incluídos nos estudos da Funai e alegavam insegurança quanto ao exercício de posse. Sustentavam que as conclusões da Funai a respeito das terras teriam instigado a comunidade indígena que, em razão disso, supostamente passara a demonstrar intenção de invadir os imóveis citados nos levantamentos preliminares.

A Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR3), em parecer do MPF na ação, refutou os argumentos dos fazendeiros. Para a procuradora regional da República Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, não ficaram devidamente comprovados na pedido nem os requisitos legais "necessários para a caracterização da alegada ameaça", ou seja, a existência de uma "violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado" (art 1.210 do Código Civil) e o "justo receio de ser molestado na posse" (art 932 do Código de Processo Civil).

A procuradora questionou ainda a validade das provas, que se resumiam a reportagens de jornais locais e depoimentos de funcionários da Fazenda Vazante. "Foram juntados aos autos reportagens sobre possíveis ocupações indígenas. Contudo, tais reportagens referem-se a ocupações ou possíveis ocupações a serem realizadas por índios de outras Comunidades, que nenhuma ligação possuem com a de Cachoeirinha", ponderou Maria Cristiana. "Ademais, retratam ocupações ocorridas nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, efetuadas por índios da Aldeia Buriti, objeto de várias possessórias. Ocorre que todas estas fazendas ocupadas localizam-se em Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Nioaque, ao passo que a propriedade dos Autores localiza-se em Aquidauana."

Em relação aos depoimentos, que apontavam rumores na cidade sobre a possibilidade de invasão e uma suposta ameaça feita pelos índios, por telefone, informando que a invasão

CONT.



ocorreria em outubro de 2003, a procuradora asseverou que nenhuma ocorrência foi notada. Ela ainda destacou trechos dos depoimentos nos quais os funcionários acabam se contradizendo, com afirmações como a de desconhecerem atos praticados pelos índios que tenham representado ameaça à fazenda ou a inexistência de qualquer registro de violência ou tentativa de invasão das terras. "Constam relatos de outras testemunhas ouvidas em juízo. Estas afirmaram que correm boatos na região de que a Fazenda de propriedade dos autores será invadida pelos silvícolas, contudo, todas elas foram unâimes em afirmar que não presenciaram qualquer ato indígena apto a configurar moléstia da posse dos autores".

Maria Cristiana acrescenta que os fazendeiros vêm reiterando o mesmo pedido desde 2003, sem que no decorrer desses 11 anos "fosse efetivada qualquer invasão indígena da área em questão." "Dessa forma, mostram-se frágeis os fundamentos e provas constantes nos autos", concluiu a procuradora, opinando pela manutenção da sentença que rejeitava o pedido dos fazendeiros.

De acordo com o parecer da PRR3, a 5ª Turma do TRF3, por unanimidade, negou provimento ao recurso de apelação do proprietário Waldir da Silva Faleiros e julgou improcedente o pedido de tutela possessória contra turbação ou esbulho iminente contra a comunidade indígena da Aldeia Cachoeirinha.

Processo nº: 2003.60.00.011557-5

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria Regional da República da 3ª Região
Fones: (11) 2192 8620/8766 e (11) 99167 3346
pr3-ascom@mpf.mp.br
twitter: @mpf_prr3



Fundação Cultural Palmares certifica mais 44 comunidades quilombolas em quatro estados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

Por Daiane Souza, FCP

A Fundação Cultural Palmares (FCP) acaba de certificar 44 comunidades de quilombos conforme declaração de Autodefinição em quatro estados: Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A publicação se encontra no Diário Oficial da União do dia 21/05. Até dezembro de 2014 estão previstos os registros de outras 39 comunidades, a fim de que se chegue a 2500 certificações.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da FCP, explica que desde 2011 há um esforço para qualificar o processo de expedição de certidões a fim de evitar insegurança jurídica quanto ao reconhecimento das comunidades quilombolas. "Quanto mais comunidades reconhecidas, mais políticas públicas serão direcionadas para os quilombos", disse.

De acordo com ele, a Certidão de Autodefinição também é um indicador importante de consciência das comunidades, bem como um passaporte para a realização de políticas públicas. "A Certidão é um instrumento importante de valorização dessas comunidades. O Governo Federal tem se esforçado para garantir a melhoria da qualidade de vida dos quilombolas", afirma.

O documento é considerado inicial, em termos de processo, para o ingresso dos remanescentes de quilombos em vários programas governamentais como, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida, a construção de escolas e a merenda escolar e o acesso à declaração de aptidão do PRONAF que financia projetos de agricultura familiar.

No bloco de certificações publicadas, os estados com maiores números de certificações são Bahia (13) e Rio Grande do Sul (12). Na contagem nacional, Bahia e Maranhão são os que têm os maiores números com 492 e 369, respectivamente.

Objetivo alcançado - Para Fátima Duarte de Bisa Vicente, de Canguçu em Rio Grande do Sul, a certificação foi a notícia do dia para o quilombo composto por 18 famílias. "Estamos muito felizes. Esse documento é a comprovação da nossa identidade", disse. "Vai contribuir muito para nos sentirmos mais fortes e avançarmos cada vez mais para o desenvolvimento", completou.

Quilombola de Tomba, de Paratinga na Bahia, Aristóteles Gomes de Sá, vê na certificação um importante instrumento para a luta contra o preconceito. Liderança da comunidade, ele explica que o quilombo constituído por pescadores que vivem do Rio São Francisco, já passou por significativos constrangimentos por conta de sua raiz. "Houve um tempo, recente, em que as nossas crianças eram separadas das outras crianças na escola", lembra com tristeza.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

A escola ficava na cidade mais próxima e, de acordo com ele, as turmas eram divididas por níveis onde as crianças negras frequentavam sempre as classes "C" e "D". "Daí passamos a investir na divulgação de nossa cultura e em educação", conta Sá, orgulhoso da comunidade que hoje tem duas escolas e foi contemplado com um Ponto de Cultura que leva o nome do quilombo. "A Certificação é mais um passo na busca pelas políticas de reparação. Com ela ficará mais fácil superar os preconceitos que ainda nos cerca", conclui.

Além da comunidade de Tomba, as comunidades de Poção de Santo Antônio e Barro, também de Paratinga, foram certificadas como quilombolas.



DF – Encontro Nacional do Movimento Quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014

Por Clemir Mineiro

Iniciamos ontem, dia 26 de maio de 2014, na cidade de Planaltina – Distrito Federal, o Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas com o objetivo de partilhar e articular as lutas das comunidades quilombolas para defenderem e garantirem seus direitos, sobretudo o direito aos nossos Territórios.

Este Encontro acontece num momento difícil de nossa história. Passados mais de 25 anos da promulgação da Constituição Cidadã, o direito aos nossos territórios estão sob ataque das bancadas ruralistas no Congresso, dos governos a serviço do agronegócio, das hidroelétricas, da mineração, da pecuária... O resultado desses ataques são sentidos todos os dias em nossas comunidades sob a forma de ameaças contra nossa vida, nas moradias, nossas roças, sob a forma de criminalização de nossas organizações e de nossas lideranças, a exemplo do que ocorre com lideranças do território quilombola de Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais e em outros Estados.

Ao longo do dia de hoje as comunidades quilombolas presentes compartilharemos nossas lutas diárias em nossos territórios, nossos enfrentamentos com latifundiários, com a Suzano papel e celulose, com mineradoras, barragens. Além do enfrentamento ao descaso dos governos quanto à efetivação de políticas públicas como educação, saúde, saneamento básico deveres de Estado. Tal situação gera a precarização da situação econômica, social e política das comunidades quilombolas, tornando-as reféns de um estado e governos que há 514 anos exploram e violentam os povos.

Essa situação foi agravada com a implementação de grandes obras e megaeventos que como legado tem deixado milhares de famílias sem terra, sem casa, sem saúde e sem educação enquanto uma minoria não pára de enriquecer.

Mesmo diante dessa situação, as partilhas das lutas apontam para a necessidade de um novo processo de organização e resistência fortalecendo o protagonismo das comunidades quilombolas, dos povos originários e empobrecidos das periferias das nossas cidades, ou seja, os deserdados da terra.

Ecoou fortemente o grito que não cederemos diante das infâmias genocidas e racistas dos que pretendem retirar os nossos direitos.

Seguimos a nossa luta de forma autônoma diante do Estado, dos governos e partidos.

Porque a luta não pára!

Ato contra a impunidade e pela demarcação das terras indígenas, já!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.05.2014



O Coletivo Terra Vermelha e o CACISO convocam tod@s para o Ato contra a impunidade e pela demarcação das terras indígenas, já!

Dia 30 de maio, sexta (1 ano do assassinato de Oziel Terena).

Concentração na Praça do Rádio às 12h e em seguida marcharemos pelas ruas de Campo Grande.

Às 15h na Praça Ary Coelho teremos o início das falas de lideranças indígenas e atrações artísticas.

Oziel Terena foi morto em 2013 durante a reintegração de posse de Buriti, realizada pela Polícia Federal e Polícia Militar, e que até hoje não houve nenhum indiciado sobre esse assassinato. Não iremos tolerar a impunidade! Demarcação das terras indígenas, JÁ!



MPF faz levantamento das comunidades tradicionais atingidas pela transposição
SÍTIO SÃO FRANCISCO VIVO, 27.05.2014

A procuradoria do Ministério Público Federal de Guanambi, no sudoeste da Bahia, está fazendo um levantamento de comunidades tradicionais que estejam sendo prejudicadas pela transposição do Rio São Francisco, em decorrência do Inquérito Civil nº 1.14.009.000252/2013-31.

Para contribuir neste levantamento, as organizações e movimentos sociais que atuam junto às comunidades da Bacia no Médio São Francisco devem informar à Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, eventuais registros que chegam nas secretarias das entidades. A Comissão Pastoral da Terra e a Articulação Popular São Francisco Vivo já estão se organizando para enviar as denúncias registradas.

Os municípios abrangidos pelo levantamento são: Guanambi, Abaíra, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caculé, Caetité, Candiba, Carinhonha, Caturama, Érico Cardoso, Ibiassucê, Ibipitanga, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara, Iuiú, Jacaraci, Jussiape, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Malhada, Matina, Morpará, Mortugaba, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Pindaí, Riacho de Santana, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Santana, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo, Urandi.

Ascom SFVivo

Indígenas são diplomados em Ji-Paraná
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 27.05.2014

O projeto Açaí visa proporcionar aos indígenas a formação em magistério



Juramento: Pelo menos 270 indígenas de diversas etnias concluíram o projeto Açaí e foram diplomados na tarde de sábado, 24. A solenidade contou com a participação de autoridades educacionais, familiares e amigos dos formandos, no salão de festas Mediterrâneo, em Ji-Paraná.

O projeto Açaí visa proporcionar aos indígenas a formação em magistério, nível médio, para atuação intercultural e histórica de cada etnia. Os formados tem pela frente a missão de exercer a docência nas séries iniciais nas próprias aldeias e promover o intercâmbio cultural.

O curso ocorreu durante três anos no Centro de Treinamento da Emater (Centrer), localizado em Ouro Preto do Oeste, e teve o objetivo de capacitar os alunos em ministrar aulas nas próprias aldeias. "É muito importante porque eles fazem o intercâmbio de duas línguas, a deles e a portuguesa", explicou José Antônio de Medeiros, o coordenador regional de educação em Ji-Paraná.

Anderson Suruí disse ser importante o projeto Açaí e motivou os coirmãos em avançar nos estudos. "Desejo a todos muito sucesso depois de passar pelo Açaí. Vamos todos pensar num mundo melhor para o nosso povo", disse Suruí, reconhecendo a responsabilidade de ser o porta-voz dos indígenas à mesa de honra no evento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Aos formandos, o governador Confúcio Moura gravou um vídeo que foi exibido na solenidade. Na mensagem, o governador destacou os investimentos do Governo do Estado na área da educação, especialmente à indígena, que ganhou 20 escolas novinhas em todo o estado. Ainda na mensagem, Confúcio Moura desejou sorte aos formandos.

O secretário executivo regional Romildo Pereira representou o governador Confúcio Moura na solenidade de formatura e reafirmou as considerações do governador ao povo indígena de Rondônia. Pereira enfatizou que só na região de Ji-Paraná o Governo do Estado construiu cinco escolas aos indígenas e, no decorrer da semana, entregou barco também aos indígenas.

“A missão de vocês não para aqui. Aqui é apenas o começo de um trabalho grandioso que vocês terão pela frente ao educar os mais novos e entrar para a comunidade acadêmica e se tornar um profissional na área em que desejarem”, disse Romildo Pereira, incentivando aos formandos que sigam em frente nos estudos.

Fotos: Paulo Sérgio



Kanindé realiza oficina com os índios Cinta Larga para a elaboração do etnozoneamento da Terra Indígena
SÍTIO ARIQUEMES ON LINE, 27.05.2014

A equipe de técnicos e pesquisadores da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé acaba de retornar da TI Roosevelt onde concluiu o mapa do Etnozoneamento da Terra Indígena.

A equipe de técnicos e pesquisadores da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé acaba de retornar da TI Roosevelt onde concluiu o mapa do Etnozoneamento da Terra Indígena. A oficina foi realizada na aldeia 14 de abril sob o comando de Ivaneide Bandeira e coordenação de Ivanete Bandeira, atual coordenadora geral da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. O trabalho vem sendo desenvolvido há dois anos, a partir do Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento da Terra Indígena Roosevelt, que vem sendo realizado pela Kanindé em parceria com a FUNAI e o Conselho do Povo Cinta Larga.

A oficina de Etnozoneamento faz parte de uma série de ferramentas colaborativas estratégicas para o processo de construção do Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento da Terra Indígena Roosevelt, que vem sendo realizado pela Kanindé em parceria com a FUNAI e o Conselho do Povo Cinta Larga. Neste processo, já foram realizadas oficinas de noções básicas de cartografia, GPS, mapeamento colaborativo, de avaliação ecológica e calendário ecológico que geraram informações para o etnozoneamento.

A atividade teve como objetivo central discutir as categorias de uso, ocupação e estratégia de segurança territorial, que subsidiaram a construção do planejamento estratégico da gestão territorial da TI Roosevelt.

As categorias foram definidas pela comunidade e divididas em zonas de monitoramento ambiental, de ocupação, de coleta e de reserva. Cada uma delas será validada em campo na sequência das atividades, explica a coordenadora da Kanindé Ivanete Bandeira.

A oficina faz parte de uma série de ferramentas para o processo de construção do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI Roosevelt. Fotos: Ivaneide Bandeira

Segundo Ivaneide Bandeira, historiadora da Kaninde, responsável pelo trabalho junto aos indígenas, "o processo de etnozoneamento é um passo fundamental para o planejamento da gestão de um território indígena, pois desperta um sentimento de soberania territorial".

O próximo passo será a estruturação de todas as informações colhidas durante o Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento da Terra Indígena Roosevelt, que vem sendo realizado pela Kanindé em parceria com a FUNAI e o Conselho do Povo Cinta Larga.

Fonte: Assessoria Kanindé



Ribeirinhos do Pantanal terão oficinas de artesanato em aguapé

SÍTIO A CRÍTICA/MS, 27.05.2014

De 27 a 29 de maio, moradores da comunidade ribeirinha de Porto da Manga, no município de Corumbá (MS), terão a oportunidade de aprender a arte de confeccionar artesanato com fibra de aguapé, conhecido também como camalote. A oficina será ministrada pela artesã Catarina Guató, uma das poucas remanescentes e difusoras deste saber secular da etnia.

O curso é gratuito, destinado a jovens de 18 a 29 anos e terá duração de 20 horas-aulas. A realização é da Funarte e do Ministério da Cultura, por meio do programa Mais Cultura: Microprojetos Pantanal. Tem apoio da organização não governamental Ecoa, da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e de suas Fundação de Cultura e Fundação de Turismo.

Catarina vai repassar o modo de saber-fazer do artesanato guató, que consiste na coleta da fibra de aguapé no rio Paraguai, manuseio, preparo e secagem da fibra, confecção e acabamento de trançados que serão utilizados na criação de cestarias, chapéus, tapetes, chaveiros, abanicos, suplats, fruteiras, entre outros objetos utilitários e decorativos.

O objetivo é que jovens e adultos aprendam a técnica e passem a produzir e comercializar o artesanato em aguapé para turistas, de forma a aprenderem um ofício alternativo aos poucos existentes nas comunidades onde vivem e obtenham renda complementar à de suas famílias, diante das adversidades socioeconômicas da região.

O aguapé é uma planta aquática abundante do Pantanal. Seus emaranhados formam os chamados "camalotes", que flutuam nas águas servindo de abrigo e alimento para variadas espécies.

A centenária comunidade de Porto da Manga abriga cerca de 40 famílias e localiza-se às margens do rio Paraguai, com acesso pela Estrada Parque do Pantanal. Seus moradores trabalham no turismo de pesca, atuando na coleta e comércio de iscas vivas, assim como roteiros, guias de pesca e pescadores profissionais. O distrito tem relevância histórica, pois ali o Marechal Cândido Mariano Rondon construiu um posto de telegrafia em palafita que resiste até hoje e é mantido pela Prefeitura de Corumbá.

Outra oficina está programada para ser realizada na comunidade da Barra do São Lourenço, no mês de junho, mas devido à cheia do rio Paraguai, ainda não há previsão de realização.

Catarina Guató

Catarina nasceu e foi criada na Ilha Ínsua, terra indígena Guató, na fronteira entre Mato

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Grosso do Sul, Mato Grosso e Bolívia, em pleno Pantanal. Já adulta mudou-se para a cidade de Corumbá onde, por indicação da amiga Josefina (em memória), deu sequência à arte que estava sendo gradativamente apagada da memória cultural brasileira.

“Desde quando Josefina partiu, em 2013, percebi a necessidade de ensinar aos mais jovens e aos demais interessados a produzir o nosso artesanato típico do Pantanal, que é 100% sustentável”, revela Catarina.

Mais informações podem ser obtidas pelo fone (67) 9698-6764.



Pedido de fazendeiros de MS para impor proibição judicial contra indígenas é rejeitado

SÍTIO MIDIAMAX, 27.05.2014

O Tribunal Regional Federal (TRF3) rejeitou recurso de fazendeiros de Mato Grosso do Sul que pediam à Justiça a expedição de um mandato que proibisse a comunidade indígena da Aldeia Cachoeirinha de ocupar terras da Fazenda Vazante, do município de Aquidauana.

O Ministério Público Federal (MPF) se colocou contra o pedido por ele estar baseado em boatos e suposições e pelo fato de a demanda dos fazendeiros, capitaneada por Waldir da Silva Faleiros, já ter sido negada pela Justiça Federal em 2012. A terra em questão é objeto de estudo da Funai desde 2003, não tendo, desde então, ocorrido qualquer invasão ou ameaça que justificasse a medida.

As terras são reclamadas como sendo área tradicionalmente indígena pelo grupo Terena e integra relatório homologado pela Funai de identificação e expansão da reserva Cachoeirinha. Os autores da ação, portanto, têm parte de seus imóveis incluídos nos estudos da Funai e alegavam insegurança quanto ao exercício de posse.

Sustentavam que as conclusões da Funai a respeito das terras teriam instigado a comunidade indígena que, em razão disso, supostamente passara a demonstrar intenção de invadir os imóveis citados nos levantamentos preliminares.

Para a procuradora regional da República Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, não ficaram devidamente comprovados na pedido nem os requisitos legais "necessários para a caracterização da alegada ameaça", ou seja, a existência de uma "violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado" e o "justo receio de ser molestado na posse".

A procuradora questionou ainda a validade das provas, que se resumiam a reportagens de jornais locais e depoimentos de funcionários da Fazenda Vazante. "Foram juntados aos autos reportagens sobre possíveis ocupações indígenas. Contudo, tais reportagens referem-se a ocupações ou possíveis ocupações a serem realizadas por índios de outras Comunidades, que nenhuma ligação possuem com a de Cachoeirinha", ponderou.

Em relação aos depoimentos, que apontavam rumores na cidade sobre a possibilidade de invasão e uma suposta ameaça feita pelos índios, por telefone, informando que a invasão ocorreria em outubro de 2003, a procuradora asseverou que nenhuma ocorrência foi notada.

Ela ainda destacou trechos dos depoimentos nos quais os funcionários acabam se contradizendo, com afirmações como a de desconhecem atos praticados pelos índios que tenham representado ameaça à fazenda ou a inexistência de qualquer registro de violência ou tentativa de invasão das terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Maria Cristiana acrescenta que os fazendeiros vêm reiterando o mesmo pedido desde 2003, sem que no decorrer desses 11 anos fosse efetivada qualquer invasão indígena da área em questão. “Dessa forma, mostram-se frágeis os fundamentos e provas constantes nos autos”, concluiu a procuradora, opinando pela manutenção da sentença que rejeitava o pedido dos fazendeiros.

(Com informações do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul).

Indígena centenária morre em Tenente Portela

SÍTIO RÁDIO METRÓPOLE, 27.05.2014



Pedra Bento faleceu na madrugada desta terça-feira (27), no Hospital Santo Antônio de Tenente Portela. Conforme registro expedido na Comarca de Miraguaí, a indígena completaria 125 anos de idade no próximo dia 29 de junho.

Os atos fúnebres acontecem na Igreja Assembleia de Deus, no setor da Pedra Lisa, na Terra Indígena do Guarita. O sepultamento está marcado para as 16 horas de hoje, no cemitério da comunidade.

Foto: Carlos Grün - Jornal Atos e Fatos



Hortas comunitárias serão implantadas em aldeias indígenas

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 27.05.2017

Um convênio firmado entre o Governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), leva benefícios a oito comunidades indígenas, com a implantação de hortas comunitárias nas aldeias da etnia Xerente, no município de Tocantínia, a 75 km de Palmas.

A ação faz parte do Projeto Qualidade na Mesa e visa incentivar a horticultura e contribuir para a melhoria do padrão alimentar das famílias, atuando em especial no combate à desnutrição infantil.

De acordo com o gerente de Olericultura do Ruraltins, Valdivino Fraga, mais de 200 famílias indígenas serão contempladas com o projeto. "As atividades de implantação das hortas tem início, nesta segunda-feira, 26, se prolongando por cerca de 20 dias. Durante o período vamos ministrar um curso sobre olericultura com os responsáveis pela manutenção das hortas, que receberão todas as orientações relacionadas ao manejo e os cuidados necessários com a plantação", explicou.

Ainda de acordo com Fraga, serão cultivadas abóbora, melancia, quiabo, entre outras variedades. Após a implantação das hortas, o Ruraltins prestará assistência técnica e visitas periódicas as aldeias.

A técnica indigenista, Eliane Oliveira, acrescenta que os alimentos a serem produzidos nas hortas foram escolhidos pelos próprios indígenas. "O projeto foi apresentado e discutido com os envolvidos, que fizeram suas escolhas baseadas nos produtos mais consumidos por eles", frisou a indigenista.

A implantação das hortas nas comunidades está sob o comando da engenheira agrônoma Geane Rodrigues e da engenheira agrícola Lara Neiva. Além delas, participam também técnicos extensionistas do órgão.



Inpa lança guia de borboletas e livro sobre histórias indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.05.2014

Identificação de espécies de borboletas e histórias indígenas são os temas dos dois mais recentes livros da Editora Inpa.

O Guia Ilustrado de Borboletas da Reserva Florestal Adolpho Ducke tem como autores Rosemary S. Vieira, Catarina Motta (in memoriam), Daniela B. Agra, Livia Maciel Lopes e Kelve F. S. Cezar. A obra apresenta 105 espécies com o objetivo de atender parte da demanda de estudantes e técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI) e de outras instituições empenhadas em promover o conhecimento e a manutenção da biodiversidade na região. Além disso, pretende estimular o turismo científico e ecológico na reserva.

Filha de Catarina, a professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Cristina Motta Bührnheim participou do lançamento representando os autores, na sexta-feira (23).

A autora do livro Vozes da Floresta: A Arte de Contar Histórias – Histórias do Passado e do Cotidiano Indígena, Ana Carla Bruno ressaltou que as histórias contidas na obra são do povo Waimiri Atroari e ela foi responsável por compilar, organizar e traduzir para o português e dar sentido aos versos. “Agradeço, principalmente, aos Waimiri Atroari que abriram as portas das suas casas para mim e permitiram entrar nas suas aldeias e compartilharem suas histórias comigo”, disse a pesquisadora, acrescentando que a publicação é fruto de um trabalho de mais de 20 anos.

Iceberg

“O desafio de escrever um livro para a população, de uma maneira geral, como o Vozes da Floresta e o Guia Ilustrado de Borboletas, é apenas a ponta de um grande iceberg que precisamos traduzir para a sociedade brasileira acerca da Amazônia”, disse o diretor do Inpa, Adalberto Val.

Nos últimos oito anos, a Editora Inpa produziu 98 publicações, entre livros, cartilhas e revistas. Além disso, o Instituto participou da produção de mais de 200 títulos editados por outras editoras.

O guia custa R\$ 50, e o livreto sobre histórias indígenas, R\$ 10. Leia mais.

*Com informações do Inpa

Fonte: Ascom do MCTI*



Mobilização Nacional Indígena reúne 500 manifestantes de mais de 100 povos em Brasília

SÍTIO ABONG, 27.05.2014

Por Instituto Socioambiental

Estão confirmados, por enquanto, um ato em frente ao STF e uma audiência pública na Câmara. Organizações e povos de todo país protestam contra os ataques aos seus direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal

Mais de 500 índios, de 100 povos diferentes de todo Brasil, estão reunidos em Brasília, de hoje até quinta (26 a 29/5), para protestar em defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas garantidos na Constituição.

Nesta terça (27/5), às 10h, os manifestantes irão protocolar uma queixa-crime contra os deputados ruralistas Luís Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) no Supremo Tribunal Federal (STF). Na sequência, será feita uma pajelança na Praça dos Três Poderes em defesa dos direitos indígenas.

Em novembro, durante audiência pública em Vicente Dutra (RS), Heinze disse que índios, quilombolas, gays e lésbicas são "tudo o que não presta". Na mesma audiência, ele e Moreira defenderam que os produtores rurais contratassem segurança privada para expulsar índios das terras que consideram como suas. Em dezembro, Heinze voltou a ofender índios, quilombolas e gays. As declarações foram gravadas.

Na quarta (28/5), às 9h, está confirmada uma audiência pública, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em defesa da agenda legislativa indígena.

Você pode acompanhar as atividades da Mobilização Nacional Indígena ao vivo no canal do Greenpeace no Livestream e do cineasta indígena Kamikia Kĩsedje no TwitCasting.

Nesta segunda, as delegações vindas de todo o Brasil reuniram-se em assembleia, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), para denunciar as violências e violações de direitos sofridas em varias regiões. "Hoje tentam usurpar o direito dos povos indígenas e da natureza. Isso vai repercutir para todo mundo. Depois começam a retirar os direitos de outros grupos e a sociedade não discute nada, não sabe de nada", afirmou Lindomar Terena, logo após ler uma carta-denúncia (leia aqui) da Apib apresentada no Fórum Internacional dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

"A terra indígena é um direito originário e então o governo precisa demarcar nossos territórios. No processo histórico, está claro que nós não provocamos o conflito que hoje aí está. O Estado e seus governantes tiraram a gente das terras, sobretudo no século passado, e deram títulos para quem foi colocado nelas. Para os indígenas, a terra é mãe, é sagrada. Nunca vamos desistir delas", pontuou Sônia Guajajara, também da coordenação da Apib.

CONT.



Em abril de 2013, os povos indígenas ocuparam o plenário da Câmara Federal, em protesto contra as várias propostas legislativas anti-indígenas. Em outubro, a Mobilização Nacional Indígena reuniu milhares de pessoas, no Brasil e em algumas cidades do exterior, no maior conjunto de manifestações em defesa dos direitos indígenas desde a Constituinte de 1988.

Ataque aos direitos indígenas

Os novos protestos em Brasília ocorrem num cenário de continuidade do ataque generalizado aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte de vários setores do governo e de um conjunto de atores políticos e econômicos capitaneados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Um dos principais objetivos da mobilização é impedir a aprovação da série de projetos contra os direitos indígenas em tramitação no parlamento, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir aos congressistas a atribuição de aprovar a demarcação das Terras Indígenas (TIs); o Projeto de Lei (PLP) 227, que visa abrir essas áreas à exploração econômica; o PL 1.610, que regulamenta a mineração nas TIs, entre vários outros.

Também serão alvos dos protestos, entre outras medidas do governo, a proposta de alteração do procedimento de demarcação das TIs do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que objetiva generalizar a todas as TIs as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol (RR), contrariando decisão do STF. Na prática, todas essas propostas do Executivo e do Legislativo pretendem paralisar definitivamente os processos de demarcação, já suspensos pelo governo federal.

Enquanto isso, a tramitação de projetos importantes para consolidar os direitos indígenas e que são bandeiras do movimento indígena, como o Estatuto dos Povos Indígenas e o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), está paralisada há anos nos corredores do Congresso, sem qualquer avanço. A Mobilização Nacional Indígena também defende a aprovação dessas duas propostas.

A Mobilização é promovida pela Apib, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace, Instituto de Educação do Brasil (IIEB), entre outras organizações indígenas e indigenistas.

Mais informações

Blog da Mobilização Nacional Indígena

Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

Renato Santana (Cimi) – (61) 9979-6912 / editor.porantim@cimi.org.br

Patrícia Bonilha (Cimi) – (61) 9979-7059 / imprensa@cimi.org.br

Oswaldo Braga de Souza (ISA) – (61) 9103-2127 / 3035-5114 / oswaldo@socioambiental.org

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Inês Zanchetta (ISA) – (11) 3515-8969 / ines@socioambiental.org
Tatiane Klein – (ISA) – (11) 3515-8957 / tatianeklein@socioambiental.org
Helena Azanha (CTI) – (11) 9 7476-8589/ helena@trabalhoindigenista.org.br
Nathália Clark (Greenpeace) – 61 9642-7153 /nathalia.clark@greenpeace.org
Letícia Barros (IIEB) – (61) 3248-7449 / leticia@iieb.org.br



Lançamento dos Jogos Mundiais Indígenas será em agosto

SÍTIO PORTAL NORTE, 27.05.2014

Será lançada oficialmente no dia 8 de agosto deste ano, a 1ª edição dos Jogos Mundiais Indígenas, evento que deverá acontecer em junho ou setembro de 2015, na Capital, e reunirá cerca de 30 países, sendo 1.100 indígenas brasileiros e 1.100 indígenas estrangeiros.

A informação foi repassada pelo Articulador Internacional dos Jogos Mundiais, Marcos Terena, que esteve na Capital ontem, auxiliando a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Palmas (Fundesportes), na elaboração do projeto técnico do evento. No período da tarde, ele visitou também a Secretaria Estadual do Esporte, o secretário Rodolfo Costa Botelho, onde foi solicitar parceria do Governo do Estado.

ONU

Terena disse que acabou de chegar de Nova York, onde foi tratar na Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) dos Jogos e fazer acordos para trazer 1.100 indígenas estrangeiros de 22 a 24 países para Palmas. Durante reunião com o secretário de Esporte, Rodolfo Botelho, Terena disse que explicou a ele que a meta do Comitê Intertribal é deixar um grande legado dos Jogos ao povo tocaninense.

Segundo ele, o evento vai gerar muitos empregos, além de um patrimônio público que ficará para a cidade. Terena disse que contará com a parceria de três instituições: Prefeitura de Palmas, Governo do Estado e Universidade Federal do Tocantins (UFT). (Fonte: Alô Esporte)



Norte Energia nega irregularidades em plano indígena de Belo Monte

SÍTIO INTELOG, 27.05.2014

BRASÍLIA - O consórcio Norte Energia, responsável pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte, negou que haja irregularidades nos procedimentos que adotou para atender a demandas indígenas relacionadas ao licenciamento da usina.

Na noite de ontem, segundo o consórcio, um grupo de aproximadamente 70 índios bloqueou o tráfego na rodovia Transamazônica (BR-230) no município de Vitória do Xingu (PA), em frente à portaria principal do Sítio Belo Monte, impedindo o acesso ao canteiro de obras da construção da hidrelétrica.

“Os manifestantes ignoraram todas as ponderações da Norte Energia e recusaram-se a apresentar uma pauta de reivindicações aos representantes da Superintendência de Assuntos Indígenas da empresa, que compareceram na madrugada ao local do bloqueio”, informou o consórcio, por meio de nota.

Segundo a Norte Energia, foi lembrado aos líderes indígenas que na quarta-feira foi assinado o Termo de Compromisso FUNAI –Norte Energia , “que era o item mais relevante reivindicado por eles”.

“As atividades previstas neste documento serão referendadas pela Funai e acompanhadas por um Comitê Gestor formado por representantes das comunidades indígenas, da Norte Energia e do órgão indigenista. O Comitê vai avaliar os planos anuais de trabalho apresentados pela empresa, que também serão submetidos às comunidades indígenas.”

De acordo com a empresa, os manifestantes responderam que tal termo “não valia nada”. A Norte Energia informa que já destinou mais de R\$ 150 milhões às ações e obras do Programa Básico Ambiental – Comunidades Indígenas (PBA-CI).

Na manhã de hoje, segundo o consórcio, os manifestantes tomaram três ônibus que prestavam serviços nas obras e se transferiram para outros pontos da Transamazônica, onde usaram os veículos para manter bloqueio parcial do trânsito, impedindo a circulação de veículos destinados aos canteiros da obra de Belo Monte. Cerca de 7 mil trabalhadores foram impedidos de chegar ao trabalho, de acordo com a empresa.

“A Norte Energia repudia a ação intempestiva dos manifestantes e informa que adotará as medidas legais necessárias para restaurar o direito constitucional de ir e vir de seus colaboradores”, informou a empresa.

Por Valor Econômico - SP



Aguilera é atendido com adequação e reformas na Reserva Indígena

SÍTIO FOLHA DO MS, 27.05.2014

O Executivo prometeu também que a conclusão da reforma e ampliação do posto de saúde da Aldeia Panambizinho será executada em junho. Há algum tempo o serviço era solicitado pela comunidade, e os pedidos vinham sendo atendidos parcialmente da Secretaria Municipal de Saúde.

Aguilera ressaltou a importância da representatividade indígena na Câmara Municipal. “Hoje nossa comunidade tem um fiscal, uma pessoa para reivindicar junto ao Poder Executivo ações urgentes e práticas para o desenvolvimento e o bem-estar do nosso povo. O primeiro passo para uma qualidade de vida é uma rede pública de saúde funcional”, disse o vereador.

A prefeitura também começou a distribuir os insumos de saúde que estavam em falta no estoque. “A falta de insumos é um grave problema que nossa comunidade vêm enfrentando há tempos. Conversei com o prefeito e fiz indicação ao secretário Sebastião Nogueira para que possamos normalizar o atendimento e garantir os medicamentos para a Reserva”, destacou Aguilera.

O vereador requereu ainda informações junto à secretaria de Saúde sobre o prazo de conclusão e os gastos empregados na reforma e ampliação dos postos do Panambizinho e da Jaguapiru. Segundo resposta encaminhada pela pasta, as obras devem ser entregues até o mês de junho e que em julho o atendimento deve ser retomado. “Visitamos a aldeia Panambizinho no mês de fevereiro e a situação é bem complicada. Por isso indicamos urgência à Secretaria de Saúde. Recebemos um ofício respondendo a solicitação e garantindo que as obras estarão concluídas no próximo mês”.

No total, estão sendo investidos R\$ 84.422,29 na reforma do posto de saúde da Aldeia Jaguapiru e R\$ 126.004,10 nas obras do Posto de Saúde da Aldeia Panambizinho.

Assessoria



Governador sobrevoa distritos ribeirinhos do baixo Madeira

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 27.05.2014

O distrito de Nazaré, região ribeirinha do Baixo Madeira, a cerca de 200 quilômetros de Porto Velho, precisará de um tratamento diferenciado para a sua reconstrução. A constatação é do governador Confúcio Moura que sobrevoou e visitou a localidade na tarde desta segunda-feira (26) em companhia do deputado Ribamar Araújo (PT), presidente da Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa e do coordenador da Defesa Civil estadual, coronel BM Lioberto Ubirajara Caetano.

O governador deixou o hangar por volta das 14h30, em uma aeronave a serviço da Defesa Civil, pilotada por dois policiais militares e retornou às 18 horas. Em princípio, seriam visitadas as comunidades de Calama, Nazaré e São Carlos, mas esta última acabou sendo deixada para outro dia em razão do tempo que demandou em Nazaré. "Precisamos de mais tempo do que havíamos previsto", salientou Confúcio, que viu em Calama uma situação sob controle e mais fácil para se trabalhar. O caos verificado em Nazaré deixou o governador sensibilizado. "Deparamos ali com uma população psicologicamente abatida e sem rumo e que aguarda solução do estado e município", expressou Confúcio Moura. Segundo o governador, não será possível esperar por recursos federais, porque as respostas para Nazaré precisam ser urgentes e não podem depender da burocracia comum da administração pública. Admitiu que serão necessários recursos consideráveis, mas que não dá para delimitar o valor. Mas que todo o esforço será envidado para que as comunidades que perderam casas, materiais de trabalho durante a enchente possam ter seus problemas solucionados.

Urgência

Nazaré foi atingida 100%, só a escola estadual e uma casa escaparam da cheia. Os moradores foram abrigados na escola, em barracas ou levados para outras localidades, como Porto Velho. Boa parte das casas não tem condições de serem recuperadas. A solução será a construção de novas unidades. Devido a urgência, o governo vai auxiliar na construção de casas de madeiras para que a população possa voltar à normalidade no próprio distrito ou em localidades próximas. Com construções mais duradouras posteriormente. Projeto que poderá demandar cerca de um ano. A ajuda poderá ser em recursos financeiros ou materiais, vai depender de cada caso, explanou Confúcio.

A recuperação da economia dos distritos também é uma preocupação do governador. Segundo ele há agravantes, pois houve perda total de lavouras, equipamentos e ferramentas, além das pequenas agroindústrias que funcionavam nas regiões, como fabricação de queijo e farinha. "Precisamos socorrer aqueles irmãos rondonienses com muita urgência", enfatizou. Em Calama, segundo ele, os levantamentos estão mais adiantados, porque a região foi menos afetada que as demais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

Paralelamente à reconstrução da vila de Nazaré, o governo quer também iniciar os estudos e projetos para reconstrução das orlas do rio Madeira, com cercas de contenção. Este trabalho, segundo o próprio governador demandará um pouco mais de tempo, mas precisa ser iniciado logo, para que não haja surpresas no próximo ano.

O deputado Ribamar Araujo, que preside a Frente Parlamentar, destacou que o cenário que se observa, lembra um cenário de guerra. "É uma situação muito triste, mas que o governo está buscando resolver. Segundo ele, a Assembleia Legislativa está solidária às comunidades atingidas e também ao governo para a reconstrução e acredita que em pouco tempo as famílias atingidas vão poder recuperar não somente os bens perdidos, como a auto estima.

Para o coordenador da Defesa Civil, coronel Caetano, o quadro que se vê agora já era esperado com o fim da enchente. Mas ele acredita que com o plano de reconstrução proposto, discutido e aprovado por todos os órgãos envolvidos, a partir do dia 30 já se comece a desenhar muitas soluções. Caetano enfatizou que foi muito positiva a visita do governador aos distritos de Calama e Nazaré, porque ele teve a oportunidade de avaliar in loco a situação material e emocional dos moradores.

Na quarta-feira (28) o governador Confúcio Moura vai visitar as comunidades de Nova Mamoré e Guajará Mirim e na semana que vem está prevista uma visita a São Carlos.

Fonte:DECOM



Ampliação da área indígena está liminarmente suspensa

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 28.05.2014

A Justiça Federal suspendeu a ampliação da terra indígena Enawenê Nawê, localizada entre os municípios de Juína (732 km de Cuiabá), Sapezal (469 km de Cuiabá) e Comodoro (597 km de Cuiabá), por falta estudo técnico e direito a defesa dos produtores.

A juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu acatou a representação realizada pelo município de Juína que pedia a suspensão do processo. Segundo a magistrada, o processo não atendeu os tramites legais e os produtores rurais da região não puderam realizar o direito de defesa previsto na legislação.

Adverci também afirmou em sua decisão que para a ampliação da reserva é imprescindível a criação de um grupo técnico especializado para debater os interesses dos agricultores e dos índios.

Atualmente, a área pertence há 400 produtores rurais. Somados o grupo representa 25% do Produto Interno Bruto (PIB) de Juína, conforme produtores da região.

Desde 2007, a Fundação Nacional do Índio (Funai) tenta ampliar a área de 742 mil hectares para mais de 1 milhão de hectares. Segundo dados da Funai, Mato Grosso possui mais de 18 mil hectares de Terras Indígenas regularizadas, o que representa quase 20% do território do Estado. Existem 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

De acordo com o Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), as áreas que estão em análise já estão consolidadas há vários anos. Caso elas sejam regularizadas pela Funai, o Estado deixará de gerar renda e emprego para sociedade.

"Os produtores que vivem nessas áreas são proprietários legítimos e adquiriram suas terras por meio de vias formais e os seus títulos foram concedidos pelo governo da época. É necessário avaliar o que é prioridade para a população indígena. Observamos que não adianta aumentar e criar novas terras indígenas se os órgãos responsáveis por esses povos não ficarem atentos para outras necessidades primordiais como educação, saúde e segurança".

A reportagem do Diário tentou entrar em contato com a Funai, porém não houve retorno.

Este é mais um caso de conflito agrário envolvendo produtores rurais e índios em Mato Grosso. O mais rumoroso deles aconteceu há mais de um ano, com a reserva Marãwatsédé, dos índios xavantes, em Alto Boa Vista.

Nos caminhos do poder, repressão e medo
SÍTIO CIMI, 28.05.2014



Brasília amanheceu em tom acinzentado. Para os 600 representantes indígenas de todo o país, reunidos no décimo acampamento Terra Livre, era um dia de intensa mobilização e manifestações na capital federal.

Parece que procuraram testar o esquema de segurança e repressão com os povos indígenas. O local do acampamento foi permanentemente vigiado e tentaram intimidar as lideranças parando os ônibus na BR-040, rumo aos três poderes.

Nada mais simbólico do que ocupar, com rituais, danças, flechas, maracás e bordunas, a Praça dos Três Poderes. Ecoou forte o grito: "Estamos vivos! E estamos aqui!" Na praça já estavam manifestantes dos atingidos por barragens – MAB.

A parte da manhã desse memorável dia 27 de maio terminou com os indígenas protocolando uma queixa-crime contra os parlamentares Luiz Carlos Heinze e Alceu Moreira por declarações racistas e incitamento à violência contra os índios. A bancada ruralista está aproveitando a Comissão Especial da PEC 215/2000 como palanque anti-indígena e ataques aos direitos constitucionais desses povos.

Sob um sol escaldante, com o refrigério de algumas nuvens densas, os indígenas deram sequência às manifestações dirigindo-se em passeata até à frente do Palácio do Planalto. Forte esquema de segurança já estava armado. Os índios deram seu recado em frente à rampa do palácio e seguiram em direção do Congresso. De repente irromperam para a plataforma que envolve os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ali fizeram rituais e

CONT.



danças, à semelhança de 1988 quando da conquista dos direitos indígenas na Carta Magna. Com a diferença que desta vez a manifestação era para evitar a retirada de direitos conquistados. Esse espaço público especial foi fechado ao povo. Porém assim como visitaram o plenário por dentro, em abril do ano passado, desta vez o visitaram, pelo lado de fora. Os povos primeiros visitam os lugares proibidos!

A manifestação seguiu, acompanhada de veementes falas das lideranças, até o Ministério da Injustiça. De maneira incisiva e dura, cobraram do ministro Cardozo a retomada das demarcações de terras indígenas e garantia dos direitos desses povos. Foi também o momento de um bom grupo se refrescar nas cachoeiras do ministério.

Nos caminhos da Copa, a repressão

O dia já avançava para seu final, com um agradável clima para os manifestantes que se dirigiram ao Estádio Internacional Mané Garrincha. Como brasileiros tinham o direito de ver a taça ali exposta. Porém, no caminho, já próximo ao estádio a marcha foi brutalmente interrompida com cavalaria, gás lacrimogêneo e de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. Seis índios foram feridos com balas de borracha. A caminhada havia sido convocada pelo Comitê Popular da Copa – DF, numa caminhada pacífica até o estádio mais caro do país, que mostra o encastelamento do poder da FIFA.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil distribuiu nota de repúdio contra mais essa violência sofrida pelos povos indígenas. Repetiu-se a repressão cometida em Coroa Vermelha, no ano 2000.



APIB repudia ataque da PM contra manifestação pacífica no DF
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) vem a público repudiar a violenta e despropositada ação da Polícia Militar do Distrito Federal, que reprimiu na tarde desta terça-feira, 27/05, ato pacífico em que participavam cerca de 600 lideranças indígenas de todo o país.

Por volta das 17h40 os indígenas, que estão em Brasília participando da Mobilização Nacional em Defesa dos Direitos Territoriais de seus povos, se uniram ao ato convocado pelo Comitê Popular da Copa – DF e marchavam tranquilamente em direção ao Estádio Nacional Mané Garrincha quando foram surpreendidos pela Cavalaria da Polícia com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, spray de pimenta e tiros de bala de borracha.

O Tenente Coronel Moreno, da Polícia Militar, havia feito acordo com o Comitê Popular da Copa para assegurar a chegada do protesto pacífico ao Estádio Nacional Mané Garrincha. Porém, quando os manifestantes se aproximaram do estádio, começaram a ser atacados pela polícia.

Seis lideranças indígenas foram atingidas por balas de borracha, entre elas uma mulher do povo Pankararu, do Nordeste. Um fotógrafo da Agência Reuters sofreu ferimento na perna por resquícios da explosão de uma bomba de efeito moral. Um padre que acompanhava o povo Xerente foi atingido na mão por uma bala de borracha. Além dos feridos, três manifestantes foram presos.

Diante desses fatos, exigimos a apuração imediata dos abusos cometidos pela polícia que são parte da estratégia de criminalização dos movimentos sociais e dos nossos povos.

Brasília-DF, 27 de maio de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB



**"Nunca antes na história deste país se atacou tanto áreas protegidas como agora".
Entrevista especial com Enrico Bernard**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

"No Congresso Nacional há propostas que, se forem aprovadas, podem afetar mais 2 milhões de hectares só na região amazônica", adverte o biólogo

IHU On-Line - "Durante um longo período, de 1981 até recentemente, o governo brasileiro respeitava os limites das unidades de conservação nacionais. Agora, em função de uma visão extremamente desenvolvimentista, essas áreas protegidas passaram a ser vistas como um empecilho, como um estorvo, e a solução é: se está atrapalhando, desfaz". A crítica é de Enrico Bernard, professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e um dos autores da pesquisa Redução, Declassificação e Reclassificação de Unidades de Conservação no Brasil, que aponta um resultado "alarmante" em relação à perda de unidades de conservação no país. De acordo com o pesquisador, é espantoso verificar que, entre a década de 1980 e os anos 2000, houve pontos isolados de redução das unidades de conservação. Entretanto, as ações realizadas nos últimos anos são responsáveis por quase toda a perda de 5,2 milhões de hectares das unidades.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por telefone, Bernard explica que dez fatores, entre os quais o agronegócio, o turismo, a especulação imobiliária, a construção de hidrelétricas e a geração de energia, são responsáveis pelo diagnóstico apresentado.

Segundo ele, depois da publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no ano 2000, várias unidades de conservação foram reclassificadas, mas a situação piorou oito anos depois. "A situação, no entanto, mudou de figura a partir de 2008, quando observamos um grande ciclo novo de alteração de limites, de redução e de declassificação das áreas. Esse pico de 2008 não é à toa. Em 2007, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, ligada ao Ministério de Minas e Energia, publicou um documento que se chama Matriz Energética 2030, no qual diz claramente que, para atender à demanda energética do Brasil até 2030, todos os grandes rios da Amazônia terão de ser barrados. No ano seguinte, em 2008, começamos a ver eventos de alteração de limites das unidades de conservação da Amazônia. Então, o que motivou essa alteração a partir de 2008 está muito relacionado com a geração e transmissão de eletricidade".

O pesquisador frisa que mais de 70% da área perdida estava localizada na Região Amazônica, onde se concentram as maiores unidades de conservação. "Algumas unidades estaduais simplesmente desapareceram. Rondônia é um estado que tem um problema sério, porque algumas unidades de conservação de Rondônia primeiro foram reduzidas e depois simplesmente desapareceram". E dispara: "O que o Brasil está fazendo é um tiro no pé, porque o país depende muito da geração hidrelétrica, e vários dos rios que abastecem essas hidrelétricas passam por dentro ou têm suas nascentes nas unidades de conservação. Então, acabar com os parques e reservas pode comprometer até a geração de eletricidade do Brasil".

CONT.



Enrico Bernard é graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e doutor em Biologia pela York University, Canadá. É responsável pelo Laboratório de Ciência Aplicada à Conservação da Biodiversidade e professor de Biologia da Conservação no Departamento de Zoologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste a pesquisa que aponta como resultado a perda de 5,2 milhões de hectares da conservação da natureza?

Enrico Bernard – Nesta pesquisa, analisamos os chamados eventos de declassificação, reclassificação e redução de unidade de conservação no Brasil. A declassificação é quando uma área perde o seu espaço de proteção, ou seja, ela deixa de existir; a reclassificação é quando ela muda de categoria; e a redução é quando ela perde área, mas continua existindo.

A pesquisa investigou todos os eventos de alteração de limites das unidades de conservação no Brasil no período de 1981 até dezembro de 2012. Identificamos 93 exemplos onde houve alteração de limite de categoria ou de existência de unidades de conservação no país. Esses 93 exemplos resultaram na perda efetiva de 5,2 milhões de hectares de áreas protegidas.

Quando me refiro a áreas protegidas, estou me referindo às unidades de conservação, porque não investigamos terras indígenas nem quilombolas.

Investigamos o que estava gerando esses eventos e fomos atrás dos chamados “drivers” que estavam provocando essas alterações. Identificamos dez ‘drivers’, dez agentes, ou seja, dez forças que resultaram na operação da declassificação e da redução dos limites de áreas protegidas no Brasil. Nós categorizamos esses drivers em dez classes: a proposta de novas categorias quando uma área, antes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi alterada; adequação ao próprio SNUC, que também fez com que várias categorias fossem reclassificadas; agronegócio; assentamentos rurais; turismo; sobreposição com outras áreas; especulação imobiliária; geração e transmissão de eletricidade; um ‘driver’ político, que é quando nós não conseguimos identificar, mas a proposta de ou extinguir ou reduzir uma área vem diretamente de uma Assembleia Legislativa; e o último driver é o aumento da conservação. Então, por trás desses 93 exemplos, temos todas essas forças agindo.

Depois disso, investigamos, temporalmente, o que estava acontecendo e encontramos um padrão muito alarmante: de 1981 até 2000, praticamente não houve alteração de áreas protegidas no Brasil; entretanto, em 2001, ocorreu o primeiro pico de alteração, e ele é decorrente da publicação do SNUC um ano antes. Quer dizer, o SNUC foi publicado em 2000, e em 2001 várias unidades de conservação foram reclassificadas para se adequar às novas categorias do SNUC. Identificamos que esse ciclo era positivo e de fortalecimento institucional. Contudo, entre 2001 e 2007, observamos alterações nas unidades de conservação estaduais em Rondônia e no Mato Grosso, principalmente por causa do agronegócio. A situação, no entanto, mudou de figura a partir de 2008, quando observamos um grande ciclo novo de alteração de limites, de redução e declassificação das áreas. Esse pico de 2008 não é à toa. Em 2007, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, ligada ao Ministério de Minas e Energia, publicou um documento que se chama Matriz Energética 2030, no qual diz claramente que,

CONT.



para atender à demanda energética do Brasil até 2030, todos os grandes rios da Amazônia terão de ser barrados. No ano seguinte, em 2008, começamos a ver eventos de alteração de limites das unidades de conservação da Amazônia.

Então, o que motivou essa alteração a partir de 2008 está muito relacionado com a geração e transmissão de eletricidade. Ou seja, a partir de 2008 teve um pico de perda de áreas protegidas no Brasil em função de geração e transmissão de eletricidade.

IHU On-Line – Esse valor de 5,2 milhões de hectares corresponde a que regiões?

Enrico Bernard – Mais de 70% do que foi perdido está na Região Amazônica, porque ela concentra as maiores unidades de conservação. Nós fizemos também uma classificação por área, pelo tamanho da unidade que foi afetada, e houve um padrão interessante: as unidades “menorzinhas”, com menos de mil hectares, são reclassificadas, ou seja, simplesmente mudam de categoria. Já as unidades maiores, com mais de cem mil hectares, ou deixam de existir ou são reduzidas. Então, quanto maior a unidade, maior o ataque sobre ela no sentido de perda de área e de proteção. Se for “pequenininha”, muda de categoria; se for grande, extirpa a área ou simplesmente faz com que ela deixe de existir.

Algumas unidades sofreram mais de um evento. Teve uma unidade que foi reduzida uma vez e depois foi totalmente declassificada, ou seja, deixou de existir. Então, o que está acontecendo é que, parodiando um certo ex-presidente do Brasil, “nunca antes na história deste país” se atacou tanto áreas protegidas como agora.

IHU On-Line – O que isso sinaliza em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação?

Enrico Bernard – Demonstra que o Brasil está passando por um momento crítico em relação à área ambiental. Durante um longo período, de 1981 até recentemente, o governo brasileiro respeitava os limites das unidades de conservação nacionais. Agora, em função de uma visão extremamente desenvolvimentista, essas áreas protegidas passaram a ser vistas como um empecilho, como um estorvo, e a solução é: se está atrapalhando, desfaz. Existem iniciativas extremamente perigosas, como a da frente parlamentar que está sendo constituída no Congresso Nacional e que conta com a adesão de quase 240 deputados. Essa frente parlamentar tem como objetivo alterar a situação das unidades de conservação do Brasil. Ela está se formando agora, dominada amplamente pela bancada ruralista.

As unidades de conservação brasileiras estão com problemas orçamentários, o Brasil tem as maiores unidades de conservação do mundo e várias delas não têm espaço para trabalhar.

Então, junto com tudo isso, ainda tem uma iniciativa formal de vários deputados que querem atacar e alterar o SNUC. Eu costumo dizer que estamos passando pelo momento mais delicado da questão ambiental da história recente do Brasil. Conquistas que a sociedade brasileira conseguiu há quase 40 anos estão sendo simplesmente rasgadas e desfeitas neste momento. Por mais paradoxal que possa parecer, durante o regime militar os parques das reservas brasileiras não eram tão atacados como são agora, quando o país vive em plena democracia.

CONT.



Conquistas que a sociedade brasileira fez no que se refere à legislação ambiental, que demoraram 30, 40 anos para se concretizarem, estão sendo simplesmente rasgadas, colocadas em segundo plano. Este é um momento extremamente delicado para quem acredita que as unidades de conservação são importantes — e eu sou uma dessas pessoas.

Acredito que as unidades de conservação são necessárias, e é com muita preocupação e revolta que vemos a situação que as unidades de conservação brasileira estão experimentando.

IHU On-Line – Quais são esses projetos a que o senhor se refere?

Enrico Bernard – No nosso trabalho, dividimos os eventos que já ocorreram e as propostas de novos eventos. As propostas, nesse caso, são restritas à Amazônia. Portanto, no Congresso Nacional há propostas que, se forem aprovadas, podem afetar mais 2 milhões de hectares só na região amazônica. Ainda podem ocorrer, só na região amazônica, pelo menos cinco propostas que estão sendo avaliadas e que podem afetar mais 2 milhões de hectares de áreas protegidas. Agora, ninguém sabe o que essa frente parlamentar irá propor; pode vir uma caixinha de surpresas e podemos ter várias propostas novas sendo avaliadas em um futuro próximo. A história nos mostra que a bancada ruralista não é nem um pouco solidária às unidades de conservação brasileira.

IHU On-Line – Dessas unidades analisadas, é possível avaliar qual delas está em situação mais crítica?

Enrico Bernard – Algumas unidades estaduais simplesmente desapareceram. Rondônia é um estado que tem um problema sério, porque ali algumas unidades de conservação, primeiro, foram reduzidas e, depois, simplesmente desapareceram.

É preocupante que o governo brasileiro resolva atacar as unidades de conservação. Inclusive, o que o Brasil está fazendo é um tiro no pé, porque o país depende muito da geração hidrelétrica, e vários dos rios que abastecem essas hidrelétricas passam por dentro ou têm suas nascentes nas unidades de conservação. Então, acabar com os parques e reservas pode comprometer até a geração de eletricidade do Brasil.

IHU On-Line – Nos últimos dias houve reação dos ambientalistas por conta da iniciativa da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, de realizar novas pesquisas em unidades de conservação com o objetivo de construir novas hidrelétricas. Maurício Tolmasquim argumentou que a EPE apenas está realizando pesquisas. Como o senhor avalia iniciativas como essas diante do atual quadro das unidades de conservação?

Enrico Bernard – A pergunta que faço ao Tolmasquim é: “A EPE vai pesquisar, gastar dinheiro se não tem a intenção de construir?”. Então esse “papo” de que estão verificando o potencial das unidades de conservação é balela. Existem pesquisas de potencial hidrelétrico na região amazônica desde 1970; eles já sabem exatamente quais rios serão barrados. Na Matriz de Energia de 2030 está tudo apontado, já se sabe qual é o potencial hidrelétrico dos rios.

CONT.



Então, esse discurso do Tolmasquim é mentira, porque não vão investir dinheiro para pesquisar potencial se não tiver intenção de construir. O senhor Tolmasquim está tentando “tapar o sol com a peneira”, está colocando um discurso bacana, mas sabemos que nenhuma empresa de pesquisa investe dinheiro, recurso, tempo e energia, se não houver a intenção clara de explorar o recurso. Então, a justificativa dele não me convence.

IHU On-Line – O Código Florestal tem muitas brechas para intervenção nas unidades de conservação?

Enrico Bernard – O modo de operar é exatamente explorar as brechas legais. Então, nesse sentido, Tolmasquim foi bem claro quanto à pesquisa nas unidades de conservação: “A lei não diz nem que sim, nem que não”. Então, quando você cai na zona cinzenta, são exploradas exatamente brechas e falhas da lei. Isso deixa claro a maneira como algumas pessoas veem a utilização dos recursos naturais no Brasil: “Se não diz nem que sim, nem que não, então é sinal verde, vamos explorá-los”.



Carta Política do III ENA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

“Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro”. Com este lema, o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) reuniu-se entre os dias 16 e 19 de maio de 2014 na cidade de Juazeiro-BA. Com o público de mais de 2.100 pessoas vindas de todos os estados brasileiros, fizeram-se representar trabalhadores e trabalhadoras do campo, portadores de diferentes identidades socioculturais (agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de côco, catingueiros, criadores de fundos em pasto, seringueiros) , técnicos, pesquisadores, professores, extensionistas e estudantes, além de gestores convidados. Com a presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, nosso encontro alcançou participação paritária entre homens e mulheres, contando também com expressiva participação das juventudes.

A fase preparatória com as 14 Caravanas Agroecológicas e Culturais e o III ENA produziram claras evidências da abrangência nacional que assume hoje a agroecologia em todos os biomas brasileiros como referência para a construção de caminhos alternativos aos padrões atualmente dominantes de desenvolvimento rural impostos pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo incorporam a proposta agroecológica como caminho para a revalorização do diversificado patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens comuns e de reafirmação do papel da produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade.

No III ENA pudemos constatar que a incorporação do enfoque agroecológico é também expressão da resistência da produção camponesa e familiar às crescentes pressões sobre ela exercidas pela ocupação de seus territórios pelo agronegócio e pelos grandes projetos de infraestrutura e de exploração mineral. Na análise que realizamos sobre os conflitos territoriais que se intensificaram nos últimos 15 anos, com o favorecimento das políticas públicas à expansão do grande capital no campo, constatamos que ao resistir em seus lugares de vida e produção, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais produzem respostas consistentes e diversificadas para críticas questões que desafiam o futuro de toda a sociedade.

Reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, a afirmação da nossa sociobiodiversidade, conflitos e injustiças ambientais, agrotóxicos e seus impactos na saúde, acesso e gestão das águas, articulação ensino, pesquisa e ater, educação no campo, sementes da diversidade, abastecimento e construção social de mercados, normas sanitárias, financiamento e agroecologia, plantas medicinais, agricultura urbana, e comunicação, foram alguns dos temas abordados.

É com base nos ensinamentos extraídos nos debates realizados durante o Encontro que foi elaborada a Carta Política com proposições relacionadas aos temas que mobilizaram o esforço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 93 / 2013

Brasília, 28 de maio de 2014.

coletivo de reflexão feito no III ENA.

Veja aqui a Carta Política do III ENA (<http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Carta-Pol%C3%ADtica-do-III-ENA.pdf>)



Um ano após morte de Oziel em desocupação desastrosa, culpados não foram apontados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

Mayara Sá, com Coletivo Terra Vermelha

Nesta sexta-feira (30) vai completar um ano que o índio terena Oziel Gabriel morreu em uma desastrosa tentativa de desocupação da terra indígena Buriti por parte da Polícia Federal e Polícia Militar, em Sidrolândia – a 70 quilômetros de Campo Grande.

Apesar do tempo e da comoção que a história causou no mundo inteiro, até agora ninguém foi apontado como autor da bala que tirou a vida do guerreiro, como os indígenas costumam se chamar. Por outro lado, o processo demarcatório das terras indígenas não avançou no período e os índios continuam vivendo sem que suas terras fossem devolvidas.

Diante disso, e esperando que a data de alguma forma sensibilize as pessoas para a questão, os indígenas terenas farão uma mobilização em Campo Grande.

O Coletivo Terra Vermelha já está organizando o ato na praça Ary Coelho. Uma delegação de indígenas de cerca de 100 indígenas virão a Capital para realizar uma passeata pelo centro, passando em frente ao Fórum ou Ministério Público Federal, e no final da tarde haverá apresentações artísticas na praça Ary Coelho.

Os indígenas pedem ainda que movimentos sociais, sindicatos, ONGs, centrais sindicais e outras organizações que apoiam a causa indígena no Mato Grosso do Sul somem esforços e se construa um ato unificado no dia 30 de maio para marcar fortemente a data emblemática exigindo a punição dos responsáveis e o avanço da demarcação das terras indígenas em nosso estado e no Brasil.



Entidades cobram ações emergenciais na bacia do Rio São Francisco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

Mateus Parreiras – Estado de Minas

A situação dramática de toda a extensão da bacia do Rio São Francisco, castigada com a falta de água e seca prolongada, motivou organizações de defesa e regulação a denunciar e cobrar ações emergenciais ontem, na Câmara dos Deputados. Em Minas Gerais, o relatório preparado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio São Francisco mostra impactos devastadores desta que é considerada pela entidade a “pior seca dos últimos 50 anos” e que afeta o abastecimento humano, a criação de animais, a produção de energia, as atividades industriais, a pesca e o meio ambiente.

Ativistas e indígenas compareceram em grande número à Câmara, mas nenhum compromisso foi firmado ainda pelos deputados, ficando acertadas novas negociações. Hoje, a CBH lança a campanha “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”, para promover, em 3 de junho, o Dia Nacional em Defesa do Velho Chico.

Integrante da CBH do Alto Rio São Francisco e presidente do Consórcio do Lago de Três Marias, Sílvia Freedman, disse que a situação em Minas já é de calamidade. O reservatório de Três Marias chegou neste mês a 16% do volume total, metade do nível que registrou em 2001, na época do apagão. Pelo relatório apresentado por ela, a falta de água no rio e em seus afluentes tornou a captação para abastecimento humano impossível em Pirapora. E ainda comprometeu o bombeamento nas cidades acima da barragem de Três Marias, sujeitando municípios a racionamento e medidas emergenciais, obrigou as bombas de captação a avançarem leito adentro em muitos municípios e paralisou o Projeto Jaíba e o plano de irrigação de Pirapora.

“Queremos que a situação das nascentes seja debatida, que mais opções de abastecimento sejam exploradas, algumas outorgas sejam revistas e a vazão do rio regulada nos barramentos para que não prejudique as comunidades que precisam dessa água para beber, mas não ao ponto de criar desemprego”, disse Sílvia.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Avanço do agronegócio faz suicídio entre indígenas ser o maior em 28 anos

SÍTIO DESACATO, 28.05.2014

No dia 3 de abril, quando amanheceu em uma aldeia Guarani-Kaiowá, localizada no sul do estado de Mato Grosso do Sul, a mãe de três filhos abriu a porta de casa e paralisou ao ver o corpo frágil de sua menina mais nova suspenso pelo lençol, amarrado à árvore por um nó que parecia firme. No dia anterior, a garota havia completado 13 anos.

"A mãe disse que ela chegou da escola muito triste e reclamando de dores na cabeça", conta Otoniel, liderança Guarani-Kaiowá. "Depois que todos foram dormir ela amarrou o lençol na árvore e se matou. Um primo dela de 12 anos tinha se enforcado uma semana antes. E uns dias depois que ela morreu outro adolescente, de 16 anos, também se suicidou na mesma aldeia. Fui até lá para saber o que estava acontecendo".

Os três enforcamentos em menos de duas semanas fazem parte de uma estatística que no ano de 2013 ganhou contornos históricos. Foram contabilizados 73 casos de suicídios entre os indígenas de Mato Grosso do Sul. De acordo com registros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é o maior número em 28 anos. Os dados, apurados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS), constam no Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, a ser divulgado pelo Cimi em junho.

Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos. Otoniel acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídio é a falta de perspectiva. "Não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra pra plantar e viver. Escolhem morrer porque na verdade já estão mortos por dentro".

O procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS), explica que as oportunidades de trabalho para os indígenas são praticamente restritas a atividades subalternas degradantes, como o corte da cana-de-açúcar. "Temos escolas indígenas, mas o modelo educacional não foi construído para a comunidade, existe apenas uma 'casca indígena', que não contempla a inserção do jovem no processo produtivo", completa.

"A discriminação e o ódio étnico, condutas incentivadas inclusive pelos meios de comunicação, acentuam sobremaneira o problema dos suicídios. Os indígenas são pintados como entraves, empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento. É como se a mídia passasse a mensagem 'Se você quer ficar bem, tire o índio do seu caminho', ressalta o procurador.

13 anos, 684 suicídios

No período de 1986 a 1997, foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá de MS, número que praticamente triplicou na última década. De 2000 a 2013 foram 684 casos. "As atuais condições de vida desses indígenas, que desembocam em estatísticas

CONT.



assombrosas de violência, têm origem num processo histórico”, explica Marco Antonio Delfino. “O que aconteceu foi uma transferência brutal, por parte da União, de territórios indígenas para não índios”.

A transferência se deu, principalmente, pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que demarcou, entre 1915 e 1928, oito pequenas reservas no sul do estado para onde diferentes povos indígenas foram obrigados a migrar. “As reservas demarcadas serviam como um depósito gigantesco de mão de obra a ser utilizada conforme os interesses econômicos. Todo o processo de confinamento indígena teve como finalidade sua utilização como mão de obra para os projetos agrícolas implantados no país, desde a cultura da erva-mate até recentemente, com a cana-de-açúcar”, completa o procurador.

O confinamento compulsório, com a sobreposição de aldeias distintas e de dinâmicas político-religiosas peculiares, acirrou o conflito dentro das reservas, alterando profundamente as formas de organização social, econômica e cultural dos indígenas, o que resultou em índices alarmantes de superpopulação, miséria e violência nestes espaços.

Definida pela vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, como “a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo”, a Reserva Indígena de Dourados é um dos exemplos mais contundentes desse processo histórico. Encravada no perímetro urbano do município, na Reserva vivem hoje mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. É a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, e onde aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013.

“Hoje enfrentamos uma carência extremamente aguda de políticas públicas. Desde 2009 existem discussões para implantar um Centro de Atenção Psicossocial Indígena em Dourados mas, por enquanto, não foi adotada nenhuma medida concreta para sua construção”, diz Marco Antonio Delfino. “A impressão que se tem é que as pessoas perderam o controle sobre o monstro que criaram, que são essas reservas. Então, fica nesse jogo de empurra-empurra, sempre com soluções paliativas. Precisamos reconhecer e reparar os erros cometidos para que existam soluções efetivas. O primeiro passo é demarcar os territórios usurpados dos indígenas”, conclui o procurador.

Foto: Reprodução/culturaverde.org

Fonte: MST



Indígenas do Pará revelam atrocidades do Exército

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

A Comissão Nacional da Verdade recebeu a visita de indígenas da etnia Aikewara, que apresentaram um relatório expondo todas as violações cometidas pelo Exército brasileiro na época de caça aos guerrilheiros

Márcio Zonta, de Brasília (DF) – Brasil de Fato

A história da Guerrilha do Araguaia já baseou filmes e livros, além de suscitar inúmeros debates entre pesquisadores, intelectuais e militantes. Entretanto, um dos episódios mais marcantes do período ditatorial brasileiro na década de 1970 não para de revelar novas faces.

O requinte de crueldade utilizado pelo Exército Brasileiro contra os jovens que se organizaram para treinamentos com armas, na região compreendida como do Bico do Papagaio – Pará, Maranhão e Tocantins – se estendeu a camponeses, indígenas e missionários religiosos que habitavam na localidade.

Na última semana, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), recebeu em Brasília (DF) a visita de indígenas da etnia Aikewara, também conhecidos como Suruí do Pará. Na ocasião, eles apresentaram um relatório expondo todas as violações cometidas pelo Exército brasileiro na época de caça aos guerrilheiros.

A rotina dos povos Aikewara foi inteiramente interrompida. Passaram a ser prisioneiros de guerra, ter cerceamento de ir e vir, além da convivência com a violência desmedida contra as comunidades por onde os homens da Forças Armadas andaram no sul e sudeste paraense.

Todo esse compêndio de informações inéditas que chegam agora às mãos da CNV, e passa a ser conhecida publicamente, quase 40 anos depois do ocorrido, é fruto de um trabalho de aproximadamente 20 anos realizado pela antropóloga Iara Ferraz.

“Trata-se de uma investigação documental, bibliográfica da minha convivência por muitos anos, especificamente, com essa etnia. Por isso o relatório contém longos e detalhados depoimentos”, explica a autora do estudo.

Fome

Na reunião das lideranças indígenas com Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade e responsável pela apuração de denúncias de desrespeito aos direitos humanos destinados a indígenas e camponeses foi lida uma síntese das acusações.

Segundo relatado, de 1972 a 1974, os Aikewara tiveram seu território totalmente ocupado pela repressão militar, proibindo as famílias de prover as principais atividades de subsistência. Os índios ficaram impossibilitados de pescar, caçar, coletar e irem à roça.

CONT.



“Nunca tínhamos passado fome, mas quando o Exército invadiu nossas terras e acabaram com nossas atividades foi difícil se alimentar, passamos muita fome”, rememora a índia Teriwera Suruí.

À época, os indígenas tiveram a benfeitoria de arroz e milho, assim como pertences e aldeias incendiados. Tendo suas bases materiais e culturais destruídas pelos militares.

Prisioneiros de Guerra

Os índios ainda mencionaram que foram tratados como prisioneiros de guerra, feitos de guias nas matas para busca dos guerrilheiros e colocados como escudos humanos, quando na iminência de confrontos.

Enquanto os homens saíam, as mulheres da etnia eram vigiadas constantemente por membros do Exército na aldeia, junto a crianças e idosos.

Conforme o relato dos índios, o recrutamento era feito a força e com total aval da Fundação Nacional dos Índios (Funai).

“Nessa época, eu estava grávida de gêmeos e perdi por causa dos sustos e por estar sempre na mira de armas, além de escutar muitos tiros na mata”, conta Teriwera.

Para Maria Rita Kehl, que esteve duas vezes na área da etnia em 2012, essas revelações dos indígenas confere uma vertente de crime dos militares, ainda mais obscura, na história da ditadura civil- militar no Brasil.

“Vai ser de muito valor para o capítulo do relatório que tratará das graves violações de direitos humanos contra índios e camponeses, pois será junto com o dos Xavante Marãiwatsédé, um dos únicos relatos feito pelos próprios indígenas”.

A antropóloga Iara Ferraz observa que situação agressiva semelhante também “ocorreu com os Waimiri – Atroari, no Amazonas”.

Sequelas

A etnia sente até hoje o malefício da repressão vivida no passado. Winorru Suruí, um dos depoentes do documento aponta a ocupação militar como principal motivadora dos problemas vividos na contemporaneidade.

“Após a guerrilha, muita gente entrou na nossa terra. No nosso atual território, não temos mais acesso ao barro e perdemos a cultura da cerâmica”, reclama.

Os indígenas cobram uma indenização do governo brasileiro. “Temos que ser ressarcido pela violência sofrida dentro e fora de casa sem saber o porquê da presença dos homens da aldeia na caçada de pessoas”, diz Winorru.

CONT.



Pela culminância da intervenção militar, as 350 famílias dos povos Aikewara foram distribuídas em duas aldeias, Sororó e Itahy. Ambas situadas nos municípios paraenses de Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Marabá.

Um processo de revisão territorial engavetado há mais de 20 anos pela Funai passa, após as denúncias, a aguardar uma portaria declaratória do Ministro da Justiça.

Testemunha ocular

Os personagens da Guerrilha do Araguaia, que ficaram conhecidos no Brasil graças aos trabalhos de remontes históricos de entidades, movimentos sociais e iniciativas governamentais foram muito próximos dos Aikewara.

Muitas vezes os indígenas testemunharam mortes e tortura contra os militantes guerrilheiros.

Uma das passagens contadas pelos que viveram tais momentos, condiz ao camponês conhecido como Domingos.

O rapaz teria chegado à aldeia com uma corda amarrada no pescoço, prestes a morrer, depois de uma tentativa de enforcamento provocada pelos militares. Os indígenas trataram durante muitos dias os ferimentos de Domingos, que também foi torturado.

O motivo de tanta violência empregada a Domingos resultou de um pedido de socorro para que Dinalva Oliveira Teixeira (Dina Teixeira) fizesse o parto de sua mulher.

Solidariedade

Embora os membros da guerrilha fossem caçados como animais e disseminados como terroristas de alta periculosidade, muitos indígenas e camponeses da região só tiveram acessos a orientações de saúde e atendimento médico depois que os guerrilheiros chegaram e iniciaram determinados procedimentos.

É o caso de João Carlos Haas Sobrinho, conhecido como Doutor Juca. Médico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul chegou ao Araguaia vindo do Maranhão.

Juca atendia a população, sendo extremamente respeitado pelos caboclos locais ao prestar auxílio na área da saúde de Marabá e Xambioá.

O comandante médico-militar foi morto em combate em 30 de setembro de 1972. Seu corpo nunca foi encontrado e também é dado como desaparecido político.

Exemplo

As histórias de terror vividas pelos indígenas são inúmeras e servia como forma de exemplo para aqueles que ajudavam os militantes. Consta na memória dos povos Aikewara o ocorrido horrendo com o mais carismático e temido guerrilheiro do Araguaia.

CONT.



Negro, forte, quase dois metros de altura, ex-campeão carioca de boxe, Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) foi morto por uma patrulha militar em janeiro de 1974. Seu cadáver foi pendurado num helicóptero e exibido num sobrevôo pelos povoados do Bico do Papagaio. Decapitado, seu corpo até hoje não foi encontrado, sendo considerado desaparecido político.

Genocídio de camponeses

Assim como os indígenas do Bico do Papagaio sofreram diversos tipos de agressão dos agentes do Estado, os camponeses também foram acometidos nas mesmas proporções.

Estima-se que 350 camponeses foram mortos pelo Exército na Guerrilha do Araguaia.

Ademais, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça acusou a perda de terras de diversas famílias no Pará ocasionada pelas práticas repressivas do regime ditatorial.

Entre os anos de 1960 e o início da década de 1970, cerca de 600 famílias camponesas foram vítimas de diversos crimes cometidos pelo Estado brasileiro no sul do Pará.

Indenização

Até o momento quatro famílias camponesas do município de Marabá foram indenizadas pela perda de terras.

Outros cinco pedidos de indenização, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, estão sendo analisados pelo governo federal.

Pedro Matos do Nascimento foi um dos compensados pela Comissão da Anistia. O camponês ficou preso durante 45 dias nos finais dos anos de 1960.

Ele conta que muitas famílias foram penalizadas pela perda de suas terras por estabelecerem relações com os guerrilheiros.

“O exército achou que eu colaborava com a guerrilha, mas eu dava comida, oferecia de dormir”, diz.

Para vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, a amizade entre guerrilheiros que iniciaram a luta armada na região do rio Araguaia e os camponeses foi intensa. “Existiu um intercâmbio de conhecimento entre os camponeses e os militantes do PCdoB, que organizou a Guerrilha”.